



**Universidade de Brasília**

**Instituto de Ciências Humanas - Departamento de História**

**O BAÚ DA MARIA ALICE – TRATAMENTO DE ARQUIVO PARTICULAR DE  
FAMÍLIA LOBO LEITE PEREIRA PARA FINS DE DOAÇÃO.**

Verônica Lemos de Oliveira Maia

Brasília- DF, novembro de 2021



# Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas - Departamento de História

## **O BAÚ DA MARIA ALICE – TRATAMENTO DE ARQUIVO PARTICULAR DE FAMÍLIA LOBO LEITE PEREIRA PARA FINS DE DOAÇÃO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História.

**Autora:** Verônica Lemos de Oliveira Maia

**Orientador:** Professor Dr. Jonas Wilson Pegoraro

**Pareceristas da Banca:**

Letícia Geraldi Ghesti, Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas – PUC/PR.  
Especialista em Patrimônio Histórico.

Renato Motta Rodrigues da Silva - Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos – UNIRIO.  
Chefe da Seção de Arquivo do Departamento de Administração Geral da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

**Data da defesa oral:** 12 de novembro de 2021

## **O BAÚ DA MARIA ALICE – TRATAMENTO DE ARQUIVO PARTICULAR DE FAMÍLIA LOBO LEITE PEREIRA PARA FINS DE DOAÇÃO.**

Verônica Lemos de Oliveira Maia\*

Resumo:

O objetivo deste artigo é abordar a experiência de higienização, identificação e catalogação para fins de doação à instituição pública, de documentos do arquivo familiar de descendentes do Engenheiro Francisco Lobo Leite Pereira, Chefe do prolongamento da então denominada Estrada Ferroviária Dom Pedro II, no município de Congonhas, Minas Gerais, inaugurada em 1886, cuja estação, assim como o distrito em que ela se encontra, foram batizados de Lobo Leite, em 1907. O corpo documental engloba elementos da esfera pública e privada da vida de indivíduos da família, principalmente referentes às questões de heranças e propriedades, mas também pessoais, contendo documentos textuais manuscritos e datilografados, fotografias, mapas e jornais dos séculos XVIII, XIX e XX que testemunham relações estabelecidas por indivíduos do clã que se constituiu no Brasil a partir de oficiais da administração colonial portuguesa, na Capitania de Minas Gerais. Considerando o corpo documental como um todo, mas principalmente os documentos textuais, busca-se demonstrar como o arquivo pode ser utilizado em uma possível investigação historiográfica.

Palavras chave: Elites, Lobo Leite, Minas Gerais, arquivos particulares.

Introdução:

Como constituir um arquivo? Quais são seus possíveis usos para a produção do conhecimento histórico? Com essas duas questões norteadoras, o artigo que se segue visa tratar de um arquivo particular – de descendentes do Engenheiro Francisco Lobo Leite Pereira – e seus desdobramentos como patrimônio cultural e repositório para pesquisa histórica. Inicialmente o trabalho tinha como motivo a realização de um primeiro tratamento físico do conjunto de papéis antigos conservado pela neta do Engenheiro Francisco Lobo Leite Pereira, Maria Alice Lobo Burle, higienização e identificação, com objetivo de organizá-los em

---

\* Graduanda em Licenciatura em História na Universidade de Brasília.

um “dossiê” a fim de que pudessem ser recebidos em doação por alguma instituição pública de ensino e pesquisa.<sup>1</sup>

Os documentos, objeto deste trabalho, foram encontrados em 2012, em uma mala, num apartamento no Plano Piloto, em Brasília - DF, após o falecimento da dona do acervo, Maria Alice Lobo Leite Burle. A existência de tal mala já era conhecida, mas a proprietária havia pedido aos filhos que só a abrissem após sua morte advertindo-os de que seria divertido e trabalhoso.<sup>2</sup> Quando os documentos foram encontrados, foram vistos e manuseados por algumas poucas pessoas. Como amiga da família, estive presente nesse primeiro momento em que se percebeu que aqueles papéis guardados poderiam ter um valor histórico para além do âmbito familiar. Após breves ponderações sobre como evitar a deterioração, o esquecimento ou o desaparecimento dos papéis guardados há tanto tempo, a família decidiu doá-los a uma instituição pública a fim de que pudessem servir à pesquisa. Deu-se início, então, uma movimentação no sentido de partir de uma abordagem leiga para uma perspectiva específica com vistas a possível organização de um fundo de arquivo.<sup>3</sup>

Desenvolvimento:

Os problemas que guiaram a investigação foram a constituição do arquivo como tal, a decifração dos documentos e a realização de uma reflexão crítica a respeito da memória. O primeiro problema conduziu o trabalho ao âmbito da teoria e metodologia da Arquivologia<sup>4</sup> e

---

<sup>1</sup> O trabalho para a construção do dossiê foi iniciado no Programa de Iniciação Científica (Edital 2019 ProIC/CNPq/FAPDF/UnB - PIBIC), sob a orientação do Professor André Cabral Honor, Departamento de História, no projeto “O Baú da Maria Alice: a produção de um dossiê”, realizado no período de 01/08/2019 a 31/08/2020.

<sup>2</sup> Nisso a Sra. Maria Alice acertou, o contato com os documentos é certamente divertido para uma historiadora, mas também extremamente trabalhoso e delicado. A existência de transcrições de documentos mais antigos no acervo demonstra que ela e/ou alguém da família já havia se ocupado do acervo anteriormente e providenciado algumas leituras paleográficas. Não foi possível averiguar quais as justificativas dadas para a recomendação.

<sup>3</sup> “A classificação é o conjunto das operações intelectuais e materiais que permitem organizar um fundo de arquivos de modo a facilitar ao máximo as consultas, quaisquer que sejam os pesquisadores e quaisquer que sejam os temas de suas pesquisas. A organização do fundo se faz respeitando-se sua especificidade própria e os princípios gerais da arquivística. Seu objetivo é fazer a distinção dos grupos de documentos, que permitirá, de um lado, formar dossiês e arrumá- los em caixas onde a cada um seja dado um código e, de outro, redigir um documento de pesquisa, mais ou menos detalhado, que revele com clareza as subdivisões do fundo e que, dentro dessas subdivisões, apresente os títulos e o conteúdo de cada caixa.”  
DUCROT, Ariane. **A classificação dos arquivos particulares e familiares. Estudos Históricos.** 1998 – 21. (pág.151).

<sup>4</sup> “A experiência e a aplicação emanadas dos resultados desses estudos têm se mostrado promissoras, quanto ao maior entendimento que os estudantes passam a ter da estrutura e da natureza dos documentos arquivísticos, entendimento esse que lhes será útil nos mais variados momentos de suas futuras funções nos arquivos” .

da reflexão sobre a qualificação arquivística dos documentos acumulados por pessoas, como arquivo pessoal. O lugar obscuro dos arquivos pessoais na tradição da arquivologia dedicada a arquivos da administração pública e as dificuldades em aplicar a eles os princípios da arquivística de proveniência, ordem original, organicidade, unidade, cumulatividade, são amplamente abordadas no compêndio *Arquivos pessoais: fronteiras*, organizado por Campos (2020), com trabalhos apresentados no III Encontro “Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas”, realizado em 2019<sup>5</sup>. Campos destaca os desafios impostos aos arquivistas em relação aos contornos fluidos, a aparência fragmentária, a natureza, formas e formatos inusitados característicos dos arquivos de pessoas, somados aos desafios inerentes ao uso desses arquivos para pesquisa e conclui que tanto para arquivistas, quanto para linguistas, literatos, antropólogos e estudiosos de outras tantas áreas do conhecimento, mais do que enfrentar esses desafios, resulta em um saudável aprendizado acolhê-los. Sobre essa tarefa diz Bárbara Moreira da Silva Barros (2020, pág. 76):

Com os arquivos produzidos por pessoas, o arquivista encontra tarefas complexas, já que não existem regimentos; dessa forma, caberá ao profissional um levantamento e análise de fontes bibliográficas e arquivísticas sobre o produtor para a confecção do arranjo intelectual e, por meio de uma análise do princípio da ordem original, determinará a estruturação intelectual do arquivo, por onde provavelmente será possível a recuperação e/ou reconhecimento dos vínculos arquivísticos.

O segundo problema, a decifração do conjunto de papéis antigos aqui chamados de Baú da Maria Alice, conduziu o trabalho ao contato com os fragmentos de memória biográfica e de trajetórias sociais<sup>6</sup>, registros referentes a assuntos da família que testemunham sua dinâmica de constituição e suas origens que estão contidos em documentos dos séculos XVIII ao XX, a

---

BELLOTO, Heloísa L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de Documento de Arquivo**. (Projeto Como Fazer, 8). São Paulo : Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

<sup>5</sup> Informações contidas em: Campos, Jose Francisco Guelfi. (organizador) *Arquivos pessoais fronteiras*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020 e BARROS, Bárbara Moreira Silva de. **A análise da aplicação do princípio da ordem original em arquivos de pessoas de escritoras**. *Arquivos pessoais fronteiras*. José Francisco Guelfi Campos (organizador). Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020.

<sup>6</sup> Os termos memória biográfica e de trajetórias sociais são utilizados aqui considerando que no Baú da Maria Alice encontram-se rascunhos de cartas que não sabemos se foram enviadas, cartas recebidas, anotações de cunho memorial, bilhetes, listas de pessoas presentes a um funeral, certificado de honra de 1º. lugar a aluno em disciplina de filosofia; recortes de jornal diversos, inclusive sobre o afogamento do Deputado Estevam Lobo leite; recibos de serviços contratados, ao lado de cópia de petições; de processos judiciais; registros de escrituras particulares de venda de terras; recibo de coleta de impostos; ofício de nomeação em cargo público; procuração vitalícia, etc. Referem enfim -se ao conjunto de documentos acumulados por indivíduos, ligados à vida e às atividades de uma pessoa, nem sempre funcionais ou administrativos, mas ligados à vida familiar, civil, profissional. Os termos relacionam-se com a definição geral de arquivos privados, tal como expresso no Dicionário de Terminologia Arquivística elaborado pelas professoras Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotono e dizem respeito a papéis produzidos/recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado, depositados ou não em instituições públicas” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 08) e com a definição de arquivo particular registrado como “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa” do Arquivo Nacional( 2005, p. 35).

maioria em bom estado de conservação, produzidos entre 1764 e 1990, em suportes de papel e tecido (caso de alguns mapas): manuscritos originais, folhas datilografadas, recortes de jornal, fotografias, recibos impressos, mapas, processos judiciais, cartas, notas, bilhetes, transcrição dos documentos antigos. Entre os temas recorrentes estão a questão das posses, exploração e transmissão de propriedades; trâmites relativos à extração de diversos minerais; litígios e inventários, nos atuais municípios mineiros de Congonhas e Conselheiro Lafayete.

O Engenheiro Francisco Lobo Leite Pereira, avô de Maria Alice, figura como o elo de ligação entre todos os documentos do acervo. Ele nasceu em 4 de dezembro de 1843, em Campanha (MG) e faleceu em 8 de fevereiro de 1920, no Rio de Janeiro. Formou-se Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Central do Império, foi engenheiro-chefe da Companhia Paulista (de estrada de ferro), engenheiro-chefe do prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II (denominada Estrada de Ferro Central do Brasil depois de 1889); chefe da fiscalização da Rede de Viação Sul-Mineira (em 1910), chefe de distrito da Inspetoria Federal das Estradas de Ferro (em 1911), chefe da comissão encarregada da aquisição de material necessário para as estradas de ferro da República na Europa e Estados Unidos, superintendente-geral das Obras Públicas do Estado de Minas Gerais e, ainda, pesquisador da história de Minas Gerais e sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa.<sup>7</sup> Era filho de Joaquim Lobo Leite Pereira e Anna Leopoldina Xavier Lopes de Araújo (nome de casada Ana Leopoldina Leite Pereira)<sup>8</sup>. Seus irmãos foram: Fernando Lobo Leite Pereira, advogado, Senador da República por Minas Gerais (de 1896 a 1898) e Ministro das Relações Exteriores e da Justiça (novembro de 1891 a fevereiro de 1892) no governo de Floriano Peixoto; Américo Lobo Leite

---

<sup>7</sup> Pereira, Francisco Lobo Leite. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Arquivo Nacional. Dibrarq - Diretório Brasil de Arquivos. Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/pereira-francisco-lobo-leite-1843-1920>. Acesso em 21.10.2021.

Em obra biográfica Helio Lobo menciona que seu tio, Francisco Lobo Leite Pereira, teve os seguintes trabalhos publicados: O Itinerario da expedição Espinosa em 1854. Contestação ao Dr. Orville A. Derby, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comercio, 1911; também, Itinerário de Sebastião Fernandes Tourinho e Antonio Dias Adorno (1914). - Revista do Instituto Histórico, II, 390; Em busca de esmeraldas - Revista do Arquivo Público Mineiro, 1897; Guerra dos Emboabas, idem, 1901 e Descobrimento e devassamento do território de Minas Gerais, idem, 1902. O artigo “Em busca de esmeraldas - Escassas notícias acerca da expedição de Marcos de Azeredo em busca das esmeraldas, achando diamantes, e acerca de outras tentativas posteriormente feitas para aquelle fim até o anno de 1660” encontra-se disponível no Arquivo Público Mineiro. Acesso em 20.09.2021. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/1122.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1122.pdf).

<sup>8</sup> Joaquim Lobo Leite Pereira foi professor de filosofia do Colégio do Caraça e Ana Leopoldina era filha de Francisco Xavier Lopes de Araújo, Barão de Parimã.

Pereira, juiz, também Senador da República por Minas Gerais (de 1891 a 1893), presidente do Paraná (de março a julho de 1890), ministro do Supremo Tribunal Federal (de 1894 a 1903), membro da Academia Leopoldinense de Artes e Letras<sup>9</sup> e Joaquim Lobo Leite Pereira, médico, vereador na Câmara Municipal de Cataguases - MG (de 1887 a 1889). Francisco Lobo Leite Pereira foi pai de Álvaro Lobo Leite Pereira, médico e pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz<sup>10</sup>; tio do diplomata e escritor Hélio Lobo<sup>11</sup>, ocupante de uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e de Estevam Lobo Leite Pereira, advogado e Deputado Federal por Minas Gerais ( de1900 a 1905)<sup>12</sup>, entre outros.

Para efeito de contextualização e aferição do potencial de investigação do acervo foi realizado um breve levantamento bibliográfico relacionado à família Lobo Leite. Vários membros da família estiveram em posições de distinção em diversas frentes de atuação social o que pôde ser verificado por meio de documentos existentes em instituições tais como a

---

<sup>9</sup> Sobre Américo Lobo Leite Pereira ver: [http://www.academialeopoldinense.com.br/p/blog-page\\_62.html](http://www.academialeopoldinense.com.br/p/blog-page_62.html). Acesso em 26.10.2021.

<sup>10</sup> Sobre Álvaro Lobo Leite Pereira conferir o Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (Base Arch da Fundação Oswaldo Cruz). Disponível em: <://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/alvaro-lobo>. Acesso em 20.10.2021.

<sup>11</sup> Conferir: Pereira, Gabriel Terra. Entre a diplomacia e a historiografia : a visão de mundo de Hélio Lobo / Gabriel Terra Pereira. –Franca : [s.n.]. Disponível em: 2013<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/110591/000795482.pdf;jsessionid=8D2DF46AF24F2E3D5531E8780841673C?sequence=1> Acesso em: 21.10.2021.

<sup>12</sup> Sobre Estevam Lobo Leite Pereira , ver: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEREIRA,%20Estev%C3%A3o%20Lobo%20Leite.pdf>. Acesso em 26.10.2021.

Biblioteca Nacional<sup>13</sup>, o Arquivo Público de Mineiro<sup>14</sup>, o Arquivo do Senado Federal<sup>15</sup>, a Fundação Getúlio Vargas<sup>16</sup>, a Fundação Alexandre de Gusmão<sup>17</sup>, a FIOCRUZ<sup>18</sup>, a

---

<sup>13</sup> Encontram-se os seguintes documentos na Biblioteca Nacional referentes aos Lobo Leite Pereira, na Coleção Casa dos Contos :

PEREIRA, Luís Lobo Leite. **[Requerimento solicitando reembolso pelas despesas feitas com capins para os cavalos das tropas do quartel de Cahoeira]**. Vila Rica [Ouro Preto, MG]: [s.n.], 8 mar. 1773. 9 f. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=71815](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=71815). Acesso em: 26 out. 2021.

SILVA, João Carneiro da. **[Carta a Antônio Mendes da Costa tratando da remessa de dois créditos e bilhetes do tenente Antônio Agostinho Lobo Leite Pereira]**. Tejuco [Diamantina, MG]: [s.n.], 09 abr. 1780. 2 f. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=69717](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=69717). Acesso em: 26 out. 2021.

Em Jornais de Ouro Preto : Orgão do Partido Conservador (MG) - 1884 a 1947: Jornal A Província de Minas, ano 1888, edição 00321. Texto de Américo Lobo Leite Pereira  
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=222747&pagfis=544&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

PEREIRA, Francisco Lobo Leite. **O Itinerário da expedição Espinosa em 1554.**: Contestação ao Dr. Orville A. Derby. Rio de Janeiro, RJ: Typographia do Jornal do Commercio, 1911. 31 p., 15,5 cm. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital1312/bndigital1312.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1312/bndigital1312.pdf). Acesso em: 26 out. 2021.

PEREIRA, Francisco Lobo Leite. **Foral da Alfandega da Cidade de Lisboa.** Rio de Janeiro, RJ: Typographia do Jornal do Commercio, 1911. 31 p., 15,5 cm. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital1313/bndigital1313.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1313/bndigital1313.pdf). Acesso em: 26 out. 2021.

<sup>14</sup> No Arquivo Público Mineiro, no Fundo Casa dos Contos encontra-se **[Carta do Capitão-mor Antônio Agostinho Lobo Leite Pereira aos oficiais do Senado sobre pagamento das despesas com capitães do mato pela captura dos quilombolas]**. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cc/brtacervo.php?cid=10666> . Acesso em: 21.10.2021

<sup>15</sup> No Senado Federal, sobre mandato de senador de Fernando Lobo Leite Pereira: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1635>

<sup>16</sup> Na FGV, sobre Fernando Lobo Leite Pereira. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LOBO,%20Fernando.pdf>

<sup>17</sup> Sobre Fernando Lobo Leite Pereira na FUNAG\Centro de História e Documentação Diplomática, ver: <https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/346>  
Acesso em: 25. 10.2021

<sup>18</sup> Na Fundação Osvaldo Cruz, sobre Alvaro Lobo Leite Pereira, ver: <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/pereira-alvaro-lobo-leite>. Sobre Helio Lobo Leite Pereira e sua irmã Iris Lobo Chagas, esposa de Carlos Chagas, ver: <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/helio-lobo> . Acesso em 21.10.2021.



Universidade Federal da Bahia<sup>19</sup> e a Academia Brasileira de Letras<sup>20</sup>. Tais documentos sugerem questões sobre a construção e a constituição da memória e sobre a história do Brasil<sup>21</sup>. Gabriel Terra Pereira (PEREIRA, 2013) aponta que no âmbito da política a família Lobo Leite teve grande importância na difusão do republicanismo em Minas Gerais, fazendo parte do grupo dos chamados republicanos históricos.

O primeiro contato no sentido de encaminhar o acervo do Baú da Maria Alice para doação a uma instituição foi feito, ainda em 2012, por meio de e-mail encaminhado ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG para averiguar se haveria interesse daquela universidade em receber o acervo. A resposta dada na ocasião foi não haver disponibilidade da instituição. Por conta disso os documentos voltaram a ser guardados pela família. Em 2019, com a intenção de encaminhar a doação para a Universidade de Brasília - UnB, alguns documentos foram fotografados e apresentados a professores do Departamento de História e a um bibliotecário da seção de obras raras da Biblioteca Central da UnB. O valor histórico dos papéis foi ratificado mas a resposta também foi negativa, os profissionais consultados informaram não haver na instituição condições adequadas de receber os documentos, ou seja, para higienizá-los, catalogá-los e garantir sua integridade física.<sup>22</sup> Visando realizar um primeiro tratamento dos documentos para que isso pudesse facilitar a doação, os documentos tornaram-se objeto de pesquisa de iniciação científica e do presente trabalho de conclusão de curso, no âmbito de graduação em Licenciatura em História do Departamento de História da UnB, com a orientação de professores de História do Brasil.

---

<sup>19</sup> A “tese inaugural” de Joaquim Lobo Leite Pereira, de 1880, encontra-se disponível no Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia em : <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25164/1/Joaquim%20Lobo%20Leite%20Pereira%20%28TI-1880%29.pdf>. Acesso em: 21.10.20

<sup>20</sup> Helio Lobo, foi o quinto ocupante da Cadeira 13, na Academia Brasileira de Letras, eleito em 6 de junho de 1918. Disponível em” <https://www.academia.org.br/academicos/helio-lobo/biografia>. Acesso em: 21.10.20

<sup>21</sup> Ver também: Site Correio de Minas, coluna André Candreva 29 de julho de 2021 em Congonhas do Campo : Distrito de Lobo Leite. Disponível em: <https://correiodeminas.com.br/2021/07/29/distrito-de-lobo-leite/.Aces> em: 21.10.2021.

<sup>22</sup> As pesquisas científicas nas universidades públicas no Brasil em geral e, especialmente nas áreas de humanidades, sofrem sistematicamente com condições financeiras incapacitantes nas duas primeiras décadas do século XXI. Conferir dados do SIAFI divulgados pelo Jornal da USP em : <https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/orcamento-2021-coloca-ciencia-brasileira-em-estado-vegetativo/.Disponível> em 21/09/2021.

A legislação que trata do assunto é a Resolução nº 47, de 26 de abril de 2021 do Conselho Nacional de Arquivos CONARQ<sup>23</sup> que dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional. Ela determina que a declaração de interesse público e social de arquivos privados se faz por ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública após avaliação da Comissão de Avaliação de Acervos Privados - CAAP. Para tanto, uma solicitação deve ser apresentada ao CONARQ com a identificação e qualificação do solicitante ou de quem o represente; endereço do solicitante e local para recebimento de comunicações; justificativa da solicitação, com demonstração do interesse específico; identificação e qualificação do proprietário ou do detentor do arquivo; localização do arquivo privado; descrição do acervo, e de suas condições de conservação física. A Resolução informa que a solicitação pode ser efetuada por qualquer pessoa física ou jurídica ou órgão ou entidade da administração pública, demonstrado o interesse específico e indica que serão considerados os seguintes elementos na análise da CAAP : a mensuração aproximada, traduzida em unidades, metros lineares ou metros cúbicos; o estado de conservação do conjunto de documentos, incluindo o tipo de acondicionamento e armazenamento e o conteúdo e histórico do acervo.

Tendo em vista a possibilidade do acervo vir a ser considerado de interesse público e social, custodiado e disponibilizado para consulta e não fique encerrado em caixas sem perspectivas, a operacionalização da catalogação empreendida por mim seguiu a orientação de, inicialmente, melhor dispor fisicamente os documentos e, depois, verificar as possibilidades de pesquisa que os documentos sugerem por meio de uma investigação prévia para identificar pessoas, dados e referenciais de época mencionados no corpus documental. O presente artigo refere-se ao corpo documental como um todo, mas concentra-se nos documentos textuais. A primeira etapa do trabalho focalizou como classificar e ordenar documentos de arquivo. Foi realizado o reconhecimento, a limpeza e a identificação dos documentos; em seguida, foi realizada uma ordenação e classificação segundo a observação de tipos e formatos. De acordo com Gonçalves (1998, pág. 13):

Nenhum documento de arquivo pode ser plenamente compreendido isoladamente e fora dos quadros gerais de sua produção - ou, expresso de outra forma, sem o estabelecimento de seus vínculos orgânicos. Por consequência, a classificação torna-se condição para a compreensão plena dos documentos de arquivo – tanto a perspectiva de quem os organiza como de quem os consulta.

---

<sup>23</sup> Ver resolução completa em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-47-de-26-de-abril-de-2021>. Acesso em 28.10.2021.

Como a documentação se encontrava empacotada e amontoada, foi calculada a metragem cúbica para depois convertê-la em metros lineares.<sup>24</sup> A identificação da parte textual do acervo contabilizou cerca de 1.650 folhas manuscritas e 430 folhas datilografadas, que foram respectivamente acondicionadas em 120 e 52 envelopes plásticos e em duas caixas de palha de 0,36 m de comprimento, 0,18 m de altura e 0,42 m de largura, o que corresponde a 0,326 metros lineares, cada, perfazendo um total de aproximadamente 0,65 metros lineares (Arquivo Nacional, 2012). Os documentos foram dispostos em envelopes plásticos numerados, alguns individuais, outros em conjuntos. Para cada envelope foi composta uma ficha de catalogação contendo: Número de identificação; Tipo documental; Identificação do formato; Sub-tipo; Data; Local; Assunto e Observações. As fichas de catalogação foram definidas a partir de adaptação das definições apresentadas por Gonçalves, do Dicionário de Terminologia Arquivística, da Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo (GONÇALVES, 1998. Pág.19). O termo “assunto” foi utilizado para se referir à identificação do conteúdo, após uma leitura decifratória, sem que tenham sido feitas transcrições paleográficas dos documentos e o termo “Observações” foi utilizado para descrever as características de conservação do documento e dados de destaque.

A ordenação efetuada foi realizada como um plano de classificação temporário, com o propósito de facilitar a compreensão da disposição física, a identificação e a localização de onde o documento está e como está articulado perante a instituição a qual o acervo foi destinado e onde deverá receber uma classificação permanente, obedecendo os princípios arquivísticos pertinentes. O dossiê do arquivo foi formado com as identificações dos documentos e seções específicas atribuídas pela pesquisadora e contempla documentos manuscritos, documentos datilografados, fotografias, mapas e recortes de jornais transmitidos por Álvaro Lobo Leite Pereira e Cecília Lisboa Lôbo à Maria Alice, que herdou o arquivo. Os documentos foram organizados em séries reunindo os documentos a partir das características materiais semelhantes (organizados por décadas) e em conjuntos (referentes a documentos assinados por Cecilia Lisboa Lobo e Alvaro Lobo Leite Pereira, sem ordem cronológica). Após várias manipulações anteriores, não foi possível conhecer a ordem original em que os

---

<sup>24</sup> A mensuração dos documentos indica que seja multiplicado o comprimento, a altura e a largura, das pilhas de documentos e o resultado obtido em m<sup>3</sup> seja multiplicado por 12, para se chegar à medida em metros lineares. Disponível em: [http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/mensuracao\\_instrumentos\\_tecnicos/manual\\_mensura%C3%A7%C3%A3o%20Vers%C3%A3o%20Minist%C3%A9rio%20da%20Justi%C3%A7a.pdf](http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/mensuracao_instrumentos_tecnicos/manual_mensura%C3%A7%C3%A3o%20Vers%C3%A3o%20Minist%C3%A9rio%20da%20Justi%C3%A7a.pdf). Acesso em 10/10/2021.

documentos foram organizados. Só restou então, abordar o arquivo sem conservar uma ordenação pré-existente que pudesse expressar em si algum significado.

Ariane Ducrot elencou como sendo um dos erros mais frequentes que os proprietários de arquivos privados cometem, entregar o conjunto de seus arquivos a uma instituição mas, conservar para si alguns documentos, pelo valor afetivo ou valor financeiro (DUCROT, 1998). Essa situação também foi verificada no caso dos documentos do Baú da Maria Alice, pois alguns dos documentos mais vistosos, os diplomas de curso superior do médico Álvaro Lobo Leite Pereira e do engenheiro Francisco Lobo Leite Pereira, originalmente pertencentes ao corpo documental, foram suprimidos do conjunto de documentos a serem doados por familiares.<sup>25</sup>

A abordagem do potencial de pesquisa do acervo:

A Família Lobo Leite Pereira, descende de fidalgos portugueses e se estabeleceu na região das cidades então denominadas Villa Rica de N. Sra. do Pillar de Ouro Preto e Queluz, como participante da empreitada colonial portuguesa na América. O registro mais antigo encontrado no âmbito da pesquisa refere-se aos irmãos, Capitão Luiz Lobo Leite Pereira<sup>26</sup> e Capitão - Mor Agostinho Lobo Leite Pereira<sup>27</sup>, nominalmente citados nos documentos como proprietários de terras em Soledade. Este último, nomeado por patente régia, em 1789, para a serventia vitalícia do ofício de tesoureiro da intendência da dita Villa Rica de N. Sra. do Pillar de Ouro Preto.<sup>28</sup> A distinção que os cargos de administração colonial proporcionavam

---

<sup>25</sup> Foi realizado exatamente o que orientou Ducrot, sendo solicitado aos proprietários do acervo que disponibilizassem os documentos suprimidos para serem fotografados para que as cópias desses documentos sejam reunidas ao conjunto original.

<sup>26</sup> PEREIRA, Luís Lobo Leite. *Requerimento solicitando reembolso pelas despesas feitas com capins para os cavalos das tropas do quartel de Cachoeira*. Vila Rica [Ouro Preto, MG]: [s.n.], 8 mar. 1773. 9 f. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=71815](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=71815) e [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1436001\\_1448077/mss1440068.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1440068.pdf). Acesso em: 26 de setembro de 2021.

<sup>27</sup> PEREIRA, Antônio Agostinho Lobo Leite consta no índice onomástico do Arquivo Público Mineiro, em documento do Fundo da Casa dos Contos, em *carta do capitão-mor Antônio Agostinho Lobo Leite Pereira aos Oficiais do Senado sobre pagamento das despesas com capitães do mato pela captura dos quilombolas*. Soledade, 03/10/1779 e também em *Registro de Patentes régias, 1787 - 1797* - Fundo da Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cc/brtacervo.php?cid=10666> e <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtacervo/brtacervo.php?cid=254>. Acesso em 26 set. 2021.

<sup>28</sup> Arquivo Histórico Ultramarino - Fundo do Conselho Ultramarino/Minas Gerais. Disponível em: <https://digitalq.ahu.arquivos.pt/details?id=1299877>. Acessado em 23/09/2021.

aos sujeitos que ocupavam o corpo do oficialato régio, assim como a articulação de seus saberes político-administrativos, econômicos e militares com seus anseios particulares e obrigações de reciprocidade foi bastante bem descrita por Jonas Wilson Pegoraro (PEGORARO, 2015).

Os primeiros a aportarem no Brasil eram oficiais de armas do Reino, incumbidos de garantir a ocupação colonial, a produção aurífera e a ordem. Os documentos do acervo trazem registros sobre a aquisição de terras, águas, lavras, realização de extração mineral e de negócios rurais que envolvem diferentes gerações em linha direta de parentesco com os capitães Lobo Leite Pereira e se estendem do período colonial ao regime republicano.

A perspectiva da objetivização desse material e de sua construção como fonte primária original, a partir de uma atitude dialógica com o passado, suscita o olhar sobre elementos que têm sido objeto de amplas indagações nas Ciências Sociais. Entre elas a participação das elites na formação do Brasil e a formação sociopolítica patrimonialista do país, questão inaugurada por Raymundo Faoro cuja releitura segue sendo fecunda<sup>29</sup>; a dinâmica econômica da construção nacional e o desenvolvimento do setor ferroviário em função da agro exportação dominante<sup>30</sup>; a situação de mulheres, negros e indígenas no contexto político pré-democrático<sup>31</sup>; a ocupação do território e a exploração mineral em Minas Gerais<sup>32</sup>; a

---

<sup>29</sup> Faoro, Raymundo. Os Donos do Poder - Formação do patronato político brasileiro. 3a. Edição. Porto Alegre : Editora Globo, 2001. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4254333/mod\\_resource/content/1/Raymundo%20Faoro%20-%20Os%20Donos%20do%20Poder.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4254333/mod_resource/content/1/Raymundo%20Faoro%20-%20Os%20Donos%20do%20Poder.pdf)

<sup>30</sup> Silveira, Marcio Rogério. Importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil. Presidente Prudente: Unesp, 2003. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/03/03\\_MARCIO\\_ROGERIO\\_SILVEIRA.pdf.Presidente](http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/03/03_MARCIO_ROGERIO_SILVEIRA.pdf.Presidente). Acesso em 28.10.2021.

<sup>31</sup> O contraste basilar entre as circunstância de inserção social das pessoas negras e das pessoas brancas no Brasil é alvo de extensa bibliografia e pode ser bem exemplificado pela trajetória de vida do médico republicano Vicente de Souza, contemporâneo dos irmãos Américo Francisco, Fernando, e Joaquim Lobo Leite Pereira. Ver: Pinto, Ana Flavia Magalhães. **Vicente de Souza: Intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro**. Revista Estudos Históricos. v. 32 n. 66 (2019): Escravidão e Liberdade nas Américas. Rio de Janeiro: FGV, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/77633/75388>

<sup>32</sup> Ver: Andrade, F. E. e Rezende, D. F. **Estilo de minerar ouro nas Minas Gerais escravistas, século XVIII**. Revista de História. São Paulo. [online]. 2013, n. 168 , pp. 382-413. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/sJN8NKtxZS3Q8RLwSCLwbPt/?lang=pt> . Acessado em 26 de outubro de 2021.

Crespo, Jeanne. Das " minas " e suas serras narrativas de construção das paisagens da mineração no quadrilátero ferrífero (MG). Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MMMD-AMLMBF/1/ppgarquiteturaurbanismo\\_jeannecristinamenezescrespo\\_tesedoutorado.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MMMD-AMLMBF/1/ppgarquiteturaurbanismo_jeannecristinamenezescrespo_tesedoutorado.pdf) . Acesso em 30.10.2021.

construção da consciência histórica como um conhecimento de si; os arquivos familiares e a pesquisa histórica; a mediação do pesquisador entre as fontes; o fazer da história e seus usos. Questões relativas aos documentos que poderão ser desenvolvidas em outros âmbitos e em outros níveis acadêmicos, principalmente se os documentos forem de acesso público.<sup>33</sup>

A decifração dos documentos e o levantamento das ligações genealógicas se constituíram uma parte relevante da pesquisa e a abordagem do acervo em si, como objeto, foi a motivação central do trabalho, uma vez que não se tratou de estudar o conteúdo dos documentos e suas múltiplas indicações temáticas, mas de desvendar uma massa de memórias, identificar seus componentes, observar o potencial de nos dizerem algo e de contribuírem com a pesquisa histórica.

Alexandre de Sá Avelar, ao abordar a virada epistemológica que a biografia representa na pesquisa histórica, em direção ao indivíduo, destacou a inerência das referências que os indivíduos ilustram, ou refletem, como uma construção estrutural que lhes ultrapassa e que podem ser considerados como exemplos de relações sociais, racionalidades, estratégias acionadas pelas comunidades, parentelas, famílias, desde que não se renuncie à tarefa de narrar uma história verdadeira a partir da observação de certos cânones constituintes da pesquisa histórica, tais como a história-problema e a história-questão. Avelar argumenta citando Le Goff: “a biografia histórica nova, sem reduzir as grandes personagens a uma explicação sociológica, esclarece-as pelas estruturas e estuda-as através de suas funções e papéis” (Avelar, 1990, p. 7-8 apud Le Goff, 2010, pág.158). O sentido expresso nas subjetividades nos instiga a descortinar quadros mais amplos a partir dos fragmentos do passado que encontramos. Seria infrutífero para um pesquisador deixar de localizar o fragmento no tempo e de analisá-lo, em uma perspectiva dedutiva, com seu próprio sentir da história.

O conjunto de documentos do Baú da Maria Alice não se caracteriza exatamente como uma biografia, entretanto revela uma coleção de dados significativos para a vida de sua guardiã que se expressa quase que como um legado memorial acerca de si e de seus antepassados<sup>34</sup>. Ao discutir as regras contemporâneas do gênero biografia e sua relação com a cultura mais ampla, Burke (1997) aborda a influência das subjetividades e da vida interior para o entendimento das obras dos artistas. De maneira correlata, a seleção dos documentos a serem

---

<sup>33</sup> Até o fim de 2021 o processo de doação ainda não havia sido iniciado e os arquivos encontravam-se com a pesquisadora.

<sup>34</sup> Maria Alice dedicou-se a entender os documentos, selecionou os fragmentos que queria guardar e pesquisou os registros de sua genealogia, guardando junto com os documentos um exemplar de Genealogia Mineira, escrito pelo memorialista Arthur de Rezende e Silva.

mantidos em arquivo particular oferece pistas sobre a personalidade dos colecionadores, sua articulação de intimidade e de subjetividades, ainda que sob gesto aparentemente banal. Com a percepção de que "todo movimento nos descobre". Burke evoca a distinção entre a história e a biografia na visão de Plutarco, em que a história se ocupa dos feitos dos homens, enquanto a função da biografia é esclarecer, sua natureza, seus ditos e costumes e ressalta como essas subjetividades estão presentes nos complexos processos de recriação do passado, das relações entre o lembrar e o esquecer, que marcam o funcionamento da memória (BURKE,1997) .

Benito Schmidt ( SCHMIDT,1997) em sua reflexão sobre a produção de biografias no âmbito da história, e suas possíveis aproximações e afastamentos em relação ao jornalismo, resgata o valor das trajetórias singulares no âmbito da historiografia contemporânea em oposição à perspectiva estruturalista focada nas estruturas e as relações que comandam os mecanismos econômicos, que organizam relações sociais e engendram formas do discurso, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos. Para ele a popularidade das biografias no contexto editorial reflete a massificação e a perda de referenciais ideológicos e morais que marcam a sociedade contemporânea e têm como contrapartida a busca, no passado, de trajetórias individuais que possam servir como inspiração para os atos e condutas vivenciados no presente. Ele destaca que na historiografia contemporânea o tratamento diferenciado das fontes de pesquisa mantém-se fiel à tradição da crítica aos documentos (quem produziu determinado vestígio, em que situação, com quais interesses) e que esse tratamento nem sempre se verifica em trabalhos jornalísticos. O mesmo se pode dizer em relação ao arquivo familiar no que se refere à seleção discricionária de seus proprietários, de quais documentos se decide guardar, e ao interesse historiográfico sobre tais documentos. É decerto por esse motivo que no acervo particular observam-se documentos que testemunham as trajetórias positivadas de seus personagens. Segundo Ângela Gomes (1998, pág 122):

Como o professor Prochasson assinala, essa descoberta/encontro do historiador com os arquivos privados é razoavelmente recente, datando dos anos 1970, na Europa em geral, e na França em particular. Até então, eram os historiadores da arte que, usando sua expressão, "santificavam" esse tipo de fonte "privada". Ou seja, e é o que quero ponderar, historiadores que não trabalhavam com os temas até então hierarquizados como os mais "nobres" da disciplina, aqueles realmente determinantes da história; e, ainda arrisco, historiadores que lidavam com artistas -quer dizer, com indivíduos que se querem e são, com frequência, reconhecidos como "únicos e excepcionais" -, não podendo, por isso, se furtar ao exame de um tipo de material obviamente centrado nesses indivíduos tão particulares. A descoberta dos arquivos privados pelos historiadores em geral está, por conseguinte, associada a uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a qual, por sua vez, tem que renovar sua prática incorporando novas metodologias, o que não se faz sem uma profunda renovação teórica, marcada pelo abandono de ortodoxias e pela aceitação da pluralidade de escolhas. Isto é, por uma situação de marcante e clara diversidade de abordagens no "fazer história".

Os complexos processos de recriação do passado, das relações entre o lembrar e o esquecer que marcam o funcionamento da memória concorrem igualmente à historiografia para a construção da consciência histórica como um conhecimento de si (GADAMER, 2003). Os documentos revelam contextos maiores a partir de fragmentos da memória, seja como patrimônio familiar, seja como documentos de uma época. Há sinais que indicam a existência de todo um contexto que o produziu, mesmo que produzidos casualmente. Existem zonas privilegiadas — sinais, indícios— que permitem decifrar uma realidade opaca. É a ideia essencial do paradigma indiciário que penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas. (GINZBURG, 1990).

Algumas alusões e referências encontradas perifericamente no conjunto de documentos trazem conteúdos tão significativos quanto os registros em si sobre litígios envolvendo propriedades, heranças, atividades profissionais e trajetórias individuais de membros da família.

Os documentos mais antigos do acervo informam sobre a compra e arrematação em Juízo de Ausentes das terras, águas e lavras em Soledade adquiridas por Antônio Agostinho Lobo Leite Pereira e Luiz Lobo Leite Pereira que inauguraram o registro do cabedal da família no Brasil. Essas terras constam como tendo sido anteriormente doadas pela Coroa Portuguesa a terceiros que já possuíam *fábrica de escravos* para minerar. Tais documentos de registro de posse e domínio somam-se como comprovação das transmissões legítimas de propriedades e heranças.

Eles eram fidalgos portugueses que casaram-se ambos respectivamente com mulheres da família de sua mãe, também pertencentes à nobreza portuguesa, as irmãs Ana Francisca de Ávila e Silva e Maria Josepha de Ávila e Silva, filhas do Alferes de Cavalos Manoel Coelho Rodrigues e de sua esposa Jozefa de Ávilla e Figueiredo <sup>35</sup>, descendentes legítimas da família nobre dos *Senhores de Felgueiras e Vieyra Seabras, Brandoes e Avillas, fidalgos de Cotta de Armas e Linhagem Solar* que determina que, *se tratarão com armas, cavalos e criados, a lei da nobreza, servindo no político e no militar nos lugares e postos mais distintos do governo.*

Um dos documentos do acervo é um *fac simile* de tal carta de brasão de armas é e foi encaminhada à Vila Rica do Ouro Preto, por mercê da *Sua Alteza Real a Rainha de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além mar em Africa Senhora de Guiné e da conquista de navegação*

---

<sup>35</sup> Informação constante nos documentos do acervo também publicada em *Genealogia Mineira*, de Arthur Vieira de Rezende e Silva (1868-1945), sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, que no prefácio da edição explica ser a obra fruto de "muita dedicação e um grande carinho pela tradição das velhas famílias povoadoras de Minas Gerais", uma edição quintuplicada da "Genealogia dos Fundadores de Cataguazes", também de sua autoria, que trata das mesmas famílias e que segundo ele, é a "história resumida" de sua própria família.



*e comércio da Ethiopia, Arabia, Persia e da Índia*, para que se fizessem servir os seus descendentes *segundo Regimento e Ordenação da Armaria e para a memória de seus ilustres progenitores se não perder a clareza de sua antiga e ilustre qualidade*.<sup>36</sup> A distinção da família e a legitimação para a obtenção de privilégios está assim documentada. Inclusive a menção ao uso da memória.

Em transcrição de documentos antigos listando os bens da família junto à coletoria do município de Queluz, destaca-se a menção de propriedades pro-indiviso identificadas como "Terras do Guido", "fazendas do Guido", cujo registro de ocupação data de 1738 e das quais parte pertenceu ao Capitão Manoel Lobo Leite Pereira. Esse nome, nessa região, nos remete à pergunta de qual seria a relação possível dessas terras com o oficial militar Guido Thomaz Marlière<sup>37</sup>, Diretor Geral dos Índios de Minas Gerais, em 1824, após prestação de serviços na conquista dos territórios, desde sua chegada ao Brasil, em 1808, designado para realizar os primeiros contatos e a submissão dos indígenas à *civilização cristã*, com vistas a proteger as frentes de povoamento pioneiras de possíveis ataques dos indígenas. Também conhecido como o semeador de cidades da Zona da Mata e como um dos agentes colonizadores mais importantes de Minas Gerais. Resíduos, dados marginais, como esse, podem revelar fenômenos profundos e sensíveis.

O acervo revela uma numerosa repetição de nomes entre os membros da família. A utilização dos mesmos nomes próprios e sobrenomes em sucessivas gerações indica a sua valorização; os vários consórcios entre parentes das mesmas famílias sugerem o fortalecimento entre si; as trajetórias protagonistas e bem sucedidas dos varões testemunham condições favoráveis ao enriquecimento, à ilustração e ao posicionamento dos homens dessas famílias nas altas esferas sociais do país. No período colonial e imperial os Lobo Leite Pereira estavam

---

<sup>36</sup> O grifo é da autora e refere-se à transcrição de trechos do documento que se encontra no acervo observado, em *fac simile*. Trata-se de resposta à solicitação do Alferes Pedro Coelho de Seabra, irmão de [Ana Francisca de Ávila e Silva](#) e Maria Josepha de Ávila e Silva, para o reconhecimento de sua fidalguia segundo registro no Livro de Registro de Armas da Nobreza dos Reinos de Portugal e enviado por Antônio Rodrigues de Leão, professo da Ordem de Cristo, Cavaleiro Fidalgo da Casa Real e Seu Rey de Armas de Portugal, assinado em Lisboa, aos de 23 de novembro de 1782 .

<sup>37</sup> Guido Thomaz Marlière foi um oficial militar francês com estreita relação com a Corte Portuguesa que veio para o Brasil, em 1808, contratado pelo Exército Português sob a patente de Porta-estandarte de Cavalaria da Divisão Militar do Exército nas tropas do Príncipe Regente na América portuguesa e que foi incumbido de tratar das ações da política indigenista no território hoje brasileiro, com o objetivo de promover o primeiro contato com as populações nativas e também proteger a frente de povoamento pioneiro de possíveis ataques indígenas. D. João VI promoveu-o a Capitão e concedeu a ele ( e sua esposa) terras doadas pela Coroa em Vila Rica (atual Ouro Preto) para se estabelecerem . Foi o Comandante das Divisões Militares do Rio Doce e o Diretor Geral dos Índios de Minas Gerais até 1829, fundador do povoado que deu origem ao Município de Cataguases e de diversos outros na região da Zona da Mata. Relacionou-se intimamente com a conquista dos indígenas conhecidos como Botocudos. (STEPHEN, 2021. Pag. 79-81 e 102).

situados entre senhores de terras, lavras e escravos; eram militares, políticos, dirigentes públicos, relacionados por circunstâncias de parentesco, negócios e amizade com Barões, tais como Barão de Santa Helena (José Joaquim Monteiro da Silva), Barão de Paraopebas (Romualdo José Monteiro de Barros) e Barão de Parimã (Francisco Xavier Lopes de Araújo), entre outras autoridades. Com o advento da República os bisnetos do Capitão - Mor vão figurar como deputados, senadores, ministros, advogados, médicos, engenheiros, diplomatas, com prestigiosas carreiras, relações sociais, dividendos. Entre os documentos do Baú da Maria Alice, entre os vários documentos sobre propriedades, consta uma declaração datada em Juiz de Fora, 26 de setembro 1888, de *venda de terras, datas minerais, campos, capões do mato e águas nos lugares denominados Soledade, Carreiro e Morro das Almas, que confrontam com Terras do Guido, Fonseca, Chacara, Sande, Chapada, Goiabeiras, Leites e Affonsos, vistos nas freguesias de Congonhas do Campo e de Queluz*<sup>38</sup>, para Fernando Lobo Leite Pereira, assinada de próprio punho pelo Comendador e Barão de Santa Helena, onde ele se auto intitula “capitalista”.

Em 1942 Cecília Lisbôa Lobo<sup>39</sup> recebe a outorga marital para administrar os bens da família, a maioria dos documentos que a mencionam referem-se a gestão dos negócios em Goiabeiras, Soledade, Morro das Almas, Terras do Guido: extração pedra sabão, talco, ouro, manganês, cromo, chumbo, inclusive a venda de hematita para a Cia. Siderúrgica Nacional. Chamam atenção alguns manuscritos, um deles é uma carta-compromisso, datada em Lobo Leite, aos 19 de fevereiro de 1958, escrita com a letra de Cecília Lisbôa Lobo e endereçada a ela mesma, mas assinada por Joaquim Victor de Rezende, arrendatário de terras do “Morro das Almas” com inexperiente caligrafia, onde estão descritas as obrigações de pagamento pela exploração de madeira e pasto de 3/4 do lucro líquido em seu benefício. Em um outro papel, avulso de caderneta de notas, ela enumera afazeres em Lobo Leite, em 1959: receber pagamento pelo fornecimento de energia à prefeitura (outro empreendimento da família), ver corte de lenha

<sup>38</sup> Os textos em itálico referem-se à descrição dos trechos dos documentos do acervo .

<sup>39</sup> Cecília Lisboa era filha do prestigiado Engenheiro Alfredo Antônio Simões dos Santos Lisboa. No acervo há um recorte de jornal de 1979 em que ele aparece ao lado de Albert Einstein, na foto oficial da visita do cientista ao Brasil em 9 de maio de 1925. Ver: <http://anebrasil.org.br/membros/alfredo-antonio-simoes-lisboa/>  
A partir de 1950, Cecília Lisbôa Lobo ficou viúva do médico Álvaro Lobo Leite Pereira e assumiu a chefia da família, com a ajuda de Maria Alice, sua filha mais velha. Ela então fez o curso de Assistente Social e passou a trabalhar como servidora do Estado. Foi sucedida na administração dos assuntos da família Maria Alice Lobo Leite Burle, que seguindo os passos do avô formou-se Engenheira de Portos e tornou-se funcionária pública. Outra filha de Cecília e Álvaro, Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo (1939 – 1972), foi uma pedagoga e guerrilheira brasileira, integrante da organização Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, participou da luta armada para combater a ditadura cívico-militar instaurada no Brasil em 1964 e foi assassinada pela repressão nas dependências do DOI, no Rio de Janeiro, em 1970. Ver: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/maria-regina-lobo-leite-de-figueiredo/>

e quanto vão ganhar por metro de carvão e ver quanto vão receber por arroba do corte de barbatimão, no Pires.

Observa-se também entre os documentos, a menção eventual de personagens cujas existências emergem em silêncios e ausências, como os trabalhadores escravizados, pretos, forros, habitantes originários das terras antes dos apossamentos pelos portugueses, órfãos, gente pobre, iletrados. Um pequeno bilhete, de 1961, de um conjunto de três com o mesmo teor, assinados apenas por *Custódia*, dirigido-se à irmã de Álvaro Lobo Leite Pereira de nome Alice, diz: *Bondosa Alice, Acabo de receber 200\$ que você mandou e já entreguei à S. José p te dar a santa recompensa, pois só Ele sabe o quanto me vai servir este auxílio, pois nada tenho! Peço-te a caridade de me escrever, me dar suas notícias. Eu graças a Deus estou me preparando pa o Céu!* Um manuscrito intitulado “Cópia do livro de assuntos de meu Pai” traz os apontamentos de datas de nascimento, data de batismo e padrinhos dos filhos de Joaquim Lobo Leite, Américo, Fernando, Francisco, Joaquim e, também de outras três crianças, não citadas em nenhum dos documentos referentes às heranças: *Meo mulatinho João nasceo em Maio de 1844 (domingo do Espirito Santo). O crioulo José filho de Rita nasceu á 5 de Sbrº de 1849. O Sabino, filho de Antônia, nasceo á 25 de março de 1854.*

De acordo com Ginzburg (2006):

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as "gestas dos reis". Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. "Quem construiu Tebas das sete portas?" - perguntava o "leitor operário" de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso.

O terceiro aspecto do trabalho refere-se à reflexão sobre a memória, sobre a sensibilidade de refletir-se e examinar. Segundo Ducrot, o trabalho do arquivista é justamente organizar os fundos e acervos de acordo com sua estrutura orgânica, de sua natureza, mas *é preciso, que o arquivista se dedique a coletar, não os arquivos da elite somente, mas também os dos humildes, das minorias, da vida quotidiana, quer dizer, aqueles arquivos que refletem o conjunto da sociedade.* (DUCROT, 1996. pág. 160).

Subsiste de fato uma comunicação intrínseca entre os arquivos e a construção de uma narrativa localizada no tempo presente, como resposta que o narrador dá ao mundo. Considerando a história dedicada ao estudo das sensibilidades e concordando com as considerações de Santos, de que as pessoas aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos através de suas inserção no mundo social, na sua relação com o outro, a perspectiva pedagógica da abordagem da memória, incluída a do presente acervo, em sintonia com as questões do presente, impõe uma reflexão sobre a sociedade pós-colonial, sobre

a construção de consciência histórica, de si e do outro, na gestão do passado. (SANTOS: 2009, pág 03)

A narrativa subjacente ao acervo expressa parte constituinte do que pode ser considerado o estabelecimento dos dirigentes brancos da nação, descendentes de colonizadores e seus caudatários, legisladores, militares, proprietários, intelectuais, cientistas e industriais, favorecidos por recursos oriundos de mercês, originariamente relacionadas à progenitura, que renderam boas condições materiais aos seus descendentes por quase dois séculos. Expressa também parte das circunstâncias nas quais se construiu uma identidade *branca* no país, com uma *consciência branca*, cujo conjunto de fatores ecoa prejudicialmente na tessitura social do país até os dias atuais. <sup>40</sup>

No momento presente, essa sensibilidade testemunha a dificuldade do discurso político, cultural e social brasileiro em reconhecer a desigualdade como fundamento da construção do país, em repensar o lugar dos povos no usufruto dos benefícios advindos dos recursos naturais, do trabalho compulsório e da garantia aos direitos e dos investimentos na história nacional. Frente aos vestígios do passado contidos no Baú da Maria Alice surge a percepção sobre o esquecimento e faz-se necessária a busca de conexões que amalgamaram o passado. Segundo Arendt (1993):

A compreensão é um processo complexo que jamais produz resultados inequívocos. Trata-se de uma atividade interminável, por meio da qual, em constante mudança e variação, aprendemos a lidar com nossa realidade, reconciliamo-nos com ela, isto é tentamos nos sentir em casa, no mundo [...] A compreensão é interminável, portanto não pode produzir resultados finais; é a maneira especificamente humana de estar vivo, porque toda pessoa necessita reconciliar-se com um mundo em que nasceu como estranho e no qual permanecerá sempre um estranho em sua inconfundível singularidade.

Ao pensarmos a biografia como exercício de lembrar, não podemos esquecer que o ser do presente que tem contato com a memória e a transmite é também resultado da sua própria historicidade. Nesse sentido, o Baú da Maria Alice nos oferece documentos que estão

---

<sup>40</sup> Utilizo a expressão *consciência branca* aqui para evidenciar uma oposição à atual expressão *consciência negra* (cujo Dia Nacional da Consciência Negra foi instituído nacionalmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011) e ressaltar a consciência sobre as práticas de racismo historicamente perpetradas contra pessoas e populações negras e indígenas, em benefício de pessoas e populações brancas no Brasil. Ao contrário da locução *consciência negra*, que representa um símbolo das reivindicações dos movimentos sociais negros, de luta, resistência e ação afirmativa do valor e da importância da negritude na história e cultura da sociedade brasileira, o termo *consciência branca* aqui tem o intuito de criar um jogo de palavras provocador justamente para ressaltar a naturalização da ideia de supremacia racial branca que disseminou-se na sociedade brasileira desde o período colonial e que segue operando sentidos até o presente. Em SCHUCMAN, L.V. (2014). **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana**, a abordagem da questão racial e da branquitude, iluminam a compreensão sobre o que significa uma tal *consciência branca*. Conferir em: Associação Brasileira de Psicologia Social: Revista Psicologia & Sociedade. 26 (1) 83-94. SciELO - Scientific Electronic Library Online. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZFbbkSv735mbMC5HHCsG3sF/?lang=pt>.

relacionados à dinâmica da colonização do Brasil e nos remetem aos efeitos da colonialidade na construção do país. Segundo Oliveira e Candau (2010, pág.17), ao se referirem aos estudos de pensadores americanos identificados como grupo Modernidade-Colonialidade, que tratam das relações entre interculturalidade, relações étnico-raciais e educação, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu do colonialismo moderno, não limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, mas relacionado à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articularam entre si, a um mercado capitalista mundial e à ideia de raça, que sobreviveu apesar da descolonização ou da emancipação política, até os dias atuais.

Ao abordar a perspectiva pedagógica do ensino da História, Estevam C.de Rezende Martins (2009) salienta que é preciso considerar as comemorações historicamente instituídas e, também as cicatrizes, muitas vezes não resolvidas, pois as cadeias interpretativas da cultura histórica implantadas (ou sobreviventes) na sociedade, elaboram as memórias como construtos complexos de interpretação do passado, com atribuições de sentidos que ordenem esse passado em uma perspectiva significativa e que se tornam perspectivas e padrões comportamentais para o agente de hoje e de amanhã. Considerando o pensamento de Ricoeur sobre o “dever de memória”, que representa para o historiador o desafio de uma “justa memória”, ligada ao seu presente específico; encontramos que “somos todos devedores de parte do que somos aos que nos precederam” e que essa dívida não se limita a guardar o rastro material dos fatos acabados, mas envolve também o “sentimento de dever a outros”. E que, dentre esses outros com quem estamos endividados, “uma prioridade moral cabe às vítimas” (RICOEUR, 2007, p. 102).

Considerações finais:

A pesquisa histórica e o ensino de História no Brasil, assim como a construção da memória, confronta-se com as violências sistêmicas no processo de constituição nacional que promoveram parte de sua população e vituperaram outras. É desonesto negá-lo. Segundo Gadamer “*aquilo que nos preparamos para acolher não deixa jamais de ter ressonância em nós; é o espelho em que cada um de nós se reconhece*” (GADAMER: 2003, pág. 45). Sem que seja necessário aderir às tríades “lembrar-perdoar-comemorar”, “lembrar-julgar-punir” ou “esquecer-recalcar-omitir” de que nos fala Estevam Martins citando Pierre Norá e seguindo a proposta de Ricoeur (2003), a investigação histórica deve contribuir para a consciência da historicidade do presente, para a compreensão crítica e para a construção das identidades individuais e coletivas, com sentido de responsabilidade ética e política. Nesse sentido, ainda

que o acervo Baú da Maria Alice não seja considerado como arquivo de interesse público e social pelo órgão governamental competente, seja por seu caráter difuso, seja pelas suscetibilidades políticas do momento, ainda poderá ser de interesse para pesquisadores e instituições de cultura e ensino e cumprir com valiosa contribuição para o estudo da História no Brasil. Segundo Ginzburg (1990, pag 179) “ Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição”. Nesse sentido, com as mais recentes perspectivas de estudos relacionadas aos documentos reunidos por pessoas, há muito o que se explorar nesse material .

#### REFERÊNCIAS:

ARENDDT, Hanna. **A dignidade da política**. Tradução: Helena Martins [et al]. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1993. Op. Cit em SANTOS, Márcia Pereira dos. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009 . Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005\\_50cb47363e0bdd578d691fa2bf4497cf.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005_50cb47363e0bdd578d691fa2bf4497cf.pdf). Acessado em: 02/10/2021.

AVELAR, Alexandre. S. **A biografia como escrita da História: possibilidades, limites, tensões**. Dimensões - Revista de História da Ufes. Dossiê: Formas da História, Sentidos da Historiografia. Edição n. 24 (2010) Seção. PPGHIs/Ufes. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2528>. Acessado em 24/09/2021.

BARROS, Barbara M. S. **A análise da aplicação do princípio da ordem original em arquivos de pessoas de escritoras**. Jose Francisco G. Campos. (Organizador). Arquivos pessoais : Fronteiras. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/CAMPOS-2020-Arquivos-pessoais-fronteiras.pdf> . Acesso em: 20/10/2021.

BELLOTO, Heloisa. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de Documento de Arquivo**. (Projeto Como Fazer, 8). São Paulo : Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL, Ministério da Justiça. Manual Roteiro para Mensuração de Documentos Textuais. Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: [http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/mensuracao\\_instrumentos\\_tecnicos/manual\\_mensura%C3%A7%C3%A3o%20\\_Vers%C3%A3o%20Minist%C3%A9rio%20da%20Justi%C3%A7a.pdf](http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/mensuracao_instrumentos_tecnicos/manual_mensura%C3%A7%C3%A3o%20_Vers%C3%A3o%20Minist%C3%A9rio%20da%20Justi%C3%A7a.pdf). Acesso em: 12/08/2020.

\_\_\_\_\_ Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Jornais de Ouro Preto : Orgão do Partido Conservador (MG) - 1884 a 1947. Ano 1886\Edição 00321. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=222747&pagfis=5>. Acesso em: 12/08/2020.

\_\_\_\_\_ Casa de Osvaldo Cruz. Dossiê 104 - Álvaro Lobo Leite Pereira. Instituto

Oswaldo Cruz, (1900-). Disponível em: <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/pereira-alvaro-lobo-leite>. Acesso em: 12/08/2020.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a4/Constitui%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_Rep%C3%BAblica\\_dos\\_Estados\\_Unidos\\_do\\_Brasil\\_de\\_1891.pdf](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a4/Constitui%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%BAblica_dos_Estados_Unidos_do_Brasil_de_1891.pdf)  
Acesso em: 12/08/2020

BORN, Claudia. **Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos.** Sociologias, Porto Alegre, n. 5, p. 240-265, 06/ 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222001000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222001000100011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 de abril de 2021.

BURKE, Peter. **Indivíduo, biografia, história.** Tradução de José Augusto Drummond. Revista Estudos Históricos. v. 10 n. 19 (1997): Indivíduo, biografia, história : Repositório FGV de Periódicos e Revistas. Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997. (pág 88 a 91). Disponível em : <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2038>. Acesso em 21 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **A Invenção da Biografia e o individualismo Renascentista.** Revista Estudos Históricos. Edição v. 10 n. 19 (1997): Indivíduo, biografia, história: Repositório FGV de Periódicos e Revistas. Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2038/1177>. Acesso em: 16 set. 2021

CAMPOS, José Francisco G. (Organizador). **Arquivos pessoais : Fronteiras.** São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/CAMPOS-2020-Arquivos-pessoais-fronteiras.pdf> . Acesso em : 20/10/2021.

C. DE REZENDE MARTINS, Estevam. **O enigma do passado: construção social da memória histórica.** T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB., [S. l.], v. 15, n. 1/2, p. 35–48, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27981/24039>. Acesso em: 1 nov. 2021.

DEL PRIORE, Mary. **Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador.** Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://ahr.upf.br/download/TextoMaryDelPriore2.pdf>. Acesso em 12/08/2020.

DUCROT, Ariane. **A classificação dos arquivos pessoais e familiares.** Revista Estudos Históricos. V.11, n.21. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/287>. Acessado em 11/05/2021.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo.** São Paulo: Edusp, 2009. Disponível em: [http://br.norkind.ru/pdf-o\\_sabor\\_do\\_arquivo\\_423191.html](http://br.norkind.ru/pdf-o_sabor_do_arquivo_423191.html). Acesso em: 03/10/2020.

FLEXOR, Maria Helena. **Abreviaturas. Manuscritos dos séculos XVI ao XIX.** 3 Ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.  
Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5765114/mod\\_resource/content/1/Abreviaturas%20-%20Flexor.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5765114/mod_resource/content/1/Abreviaturas%20-%20Flexor.pdf). Acesso em 11/05/2021.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Organizador: Pierre Funchon . 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes : o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução: Maria Betânia Amoroso.Sao Paulo: Companhia das Letras, 2006. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/3678018/GINZBURG\\_Carlo\\_O\\_queijo\\_e\\_os\\_vermes](https://www.academia.edu/3678018/GINZBURG_Carlo_O_queijo_e_os_vermes)  
 Acesso em: 28 out 2021.

\_\_\_\_\_. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.  
 Disponível em:  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5098382/mod\\_resource/content/1/GINZBURG%2C%20Carlo.%20Sinais%20ra%C3%ADzes%20de%20um%20paradigma%20indici%C3%A1rio.%20In%20\\_\\_\\_\\_\\_.%20Mitos%2C%20Emblemas%20e%20Sinais.%20S%C3%A3o%20Paulo%20Cia.%20das%20Letras%2C%201989..pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5098382/mod_resource/content/1/GINZBURG%2C%20Carlo.%20Sinais%20ra%C3%ADzes%20de%20um%20paradigma%20indici%C3%A1rio.%20In%20_____.%20Mitos%2C%20Emblemas%20e%20Sinais.%20S%C3%A3o%20Paulo%20Cia.%20das%20Letras%2C%201989..pdf)

GOMES, Angela. **Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados**. Revista Estudos Históricos, v. 11, n. 21, p. 121-128. Rio de Janeiro, 1998.  
 Disponível em:  
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069/1208>. Acesso em: 21/10/2021.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, 1998.  
 Disponível em: [http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf2.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf2.pdf)  
 Acesso em: 25/08/2020.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Orientações Para Mensuração de Documentos Textuais . Departamento de Arquivo Público do Estado. Sistema de Arquivos do Estado. Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos. Porto Alegre, 2011.  
 Disponível em: [https://arquivopublicors.files.wordpress.com/2012/06/2011-01orientacoes\\_para\\_mensuracao\\_documentos.pdf](https://arquivopublicors.files.wordpress.com/2012/06/2011-01orientacoes_para_mensuracao_documentos.pdf). Acesso em: 12/08/2020.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Antônio Agostinho Lobo Leite Pereira. Inventário da Coleção Casa dos Contos. Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Cultura de Minas Gerais, 2007. Disponível em:  
[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos\\_colecoes/CC/INVENTARIO\\_DA\\_COL\\_ECAO\\_CASA\\_DOS\\_CONTOS\\_%20NAO\\_ENCADERNADOS.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/CC/INVENTARIO_DA_COL_ECAO_CASA_DOS_CONTOS_%20NAO_ENCADERNADOS.pdf). Acesso em: 12/08/2020.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Américo Lobo Leite Pereira. Biografia: História biográfica da república no Paraná, de David Carneiro e Túlio Vargas, 1994. Disponível em:  
<http://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Americo-Lobo-Leite-Pereira>. Acesso em: 12/08/2020.

LOBO, Helio. **Um varão da República: Fernando Lobo. A proclamação do regime em Minas, sua consolidação no Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937a. (Coleção Brasileira, 5ª série, vol.88). Disponível em:



<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/170/1/88%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 12/08/2020.

MONTEIRO, Lorena. **Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História**. Sociedade e Cultura, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 25–32, 2009. DOI: 10.5216/sec.v12i1.4864. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/4864>. Acesso em: 2 nov. 2021.

OLIVEIRA, Luiz F, e CANDAU, Vera Maria .F. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. Educação em Revista: Belo Horizonte , v.26, n.01 ,p.15-40. abr. 2010. SciELO - Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>. Acesso em: 29 out.2021

PEGORARO, Jonas W. **Zelo pelo serviço real: Ações de ouvidores régios nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá (primeira metade do século XVIII)**. UFPR. Curitiba: 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38217/R%20-%20T%20-%20JONAS%20WILSON%20PEGORARO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 24/09/2021.

PEREIRA , Nilton M. e SEFFNER, Fernando. **Ensino de História: passados vivos e educação bem questões sensíveis**. História Hoje - Revista de História e Ensino. v. 7, n. 13. ANPUH, 2018. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/427/0>. Acesso em: 09/10/2020.

PEREIRA, Gabriel T. **Entre a diplomacia e a historiografia: a visão de mundo de Hélio lobo (1908-1939)**. 2013. Tese Doutorado em História. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca : 2013. Pág.26. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/110591/000795482.pdf?jsessionid=8D2DF46AF24F2E3D5531E8780841673C?sequence=1>. Acesso em 21.10.2021

PROCHASSON, Christophe. **Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas**. Revista Estudos Históricos, v. 11, n. 21, p. 105-120. Rio de Janeiro, 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2064>. Acesso em: 19/08/2020.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Tradução: Hugo Barros. Textos traduzidos de Paul Ricoeur: Instituto de Estudos Filosóficos. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em : [https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos\\_ricoeur/memoria\\_historia](https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia). Acesso em 20.10.2021.

\_\_\_\_\_. **Memória, história, esquecimento**. Tradução: Alain François [et. al]. Campinas, SP : Editora Unicamp, 2007. Disponível em: [file:///Users/veronica/Downloads/Paul%20Ricoeur%20-%20A%20mem%C3%B3ria,%20a%20hist%C3%B3ria,%20o%20esquecimento%20\(2007,%20Unicamp\).pdf](file:///Users/veronica/Downloads/Paul%20Ricoeur%20-%20A%20mem%C3%B3ria,%20a%20hist%C3%B3ria,%20o%20esquecimento%20(2007,%20Unicamp).pdf) Acesso em 25.10.2021.

SANTOS, Márcia Pereira dos. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009 . Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005\\_50cb47363e0bdd578d691fa2bf4497cf.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005_50cb47363e0bdd578d691fa2bf4497cf.pdf). Acessado em: 02/10/2021.

SILVA, Arthur V. R. **Genealogia mineira**. Belo Horizonte : Impr. Oficial do Estado de Minas, 1939. Disponível em:  
[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/1588.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1588.pdf). Acesso em: 05/10/2021.

SOUSA, Alice Veridiana. **A UNIRIO e o arquivo pessoal de Guilherme Figueiredo: a aquisição de acervos arquivísticos privados por instituições públicas de ensino superior**. Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:  
<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/9805/1/Sousa%2c%20Alice%20Veridiana%20Dissertacao%20FCRB%202019%20Vers%c3%a3o%20final.pdf>. Acesso em: 10/09/2020.

SCHMIDT, Benicio. **Construindo Biografias Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos**. Revista Estudos Históricos. Edição v. 10 n. 19 (1997): Indivíduo, biografia, história. Repositório FGV de Periódicos e Revistas. Fundação Getúlio Vargas editora, 1997.(Pag.02)  
 Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040>. Acesso em 21/09/2021.

STEPHAN, Ítalo & SOARES, Josarlete [et al]. **Guido Thomaz Marlière, o "semeador" de cidades na Zona de Mata Mineira**. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online). Programa de pós-graduação do instituto de arquitetura e urbanismo --IAU-USP, 2012. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/11958428/Guido\\_Thomaz\\_Marli%C3%A8re\\_o\\_semeador\\_de\\_cidades\\_na\\_Zona\\_de\\_Mata\\_Mineira](https://www.academia.edu/11958428/Guido_Thomaz_Marli%C3%A8re_o_semeador_de_cidades_na_Zona_de_Mata_Mineira)

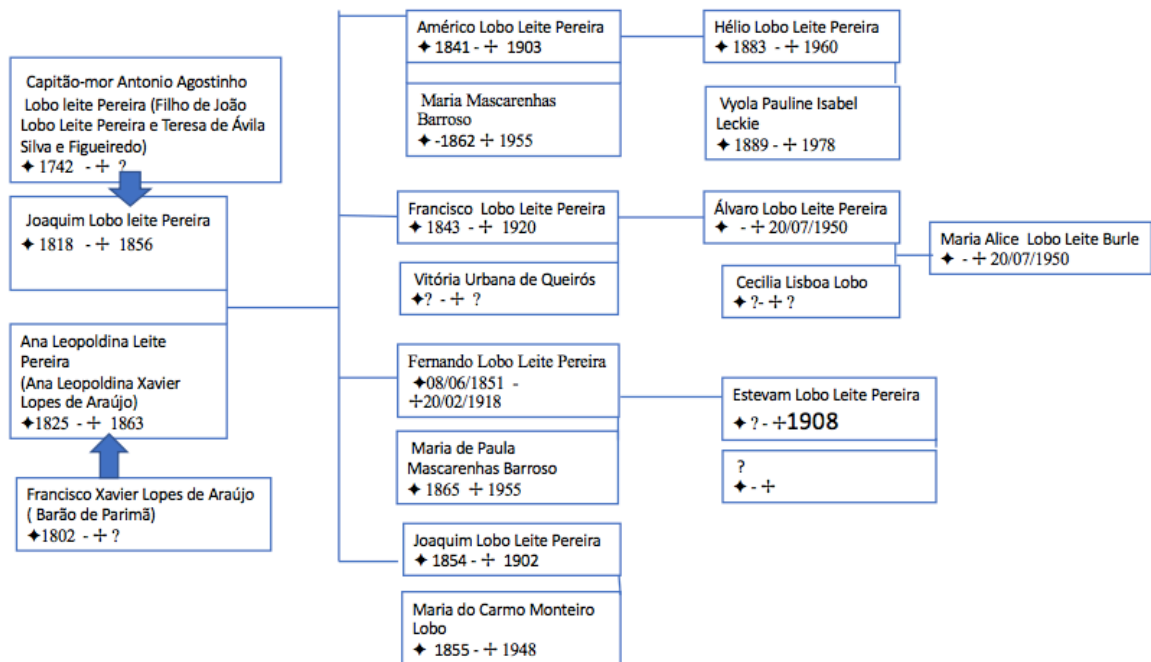
Abstract:

The aim of this article is to address the experience of sanitation, identification and cataloging for the purpose of donating to a public institution, documents from the family archive of descendants of Engineer Francisco Lobo Leite Pereira, Head of the extension of the so-called Dom Pedro II Railway Road, in Congonhas, Minas Gerais, inaugurated in 1886, whose station, as well as the district in which it is located, were named Lobo Leite, in 1907. The documental body encompasses elements of the public and private spheres of the lives of individuals in the family, especially referring to issues of inheritance and property, but also personal matters, containing handwritten and typed textual documents, photographs, maps and newspapers from the 18th, 19th and 20th centuries that testify to relationships established by individuals of the clan that was constituted in Brazil from officials of the administration portuguese colonial rule, in the Captaincy of Minas Gerais. Considering the documental body as a whole, but mainly the textual documents, it seeks to demonstrate how the archive can be used in a possible historiographical investigation.

Keywords: Elites, Lobo Leite, Minas Gerais, private files.

Eu, Verônica Lemos de Oliveira Maia, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado foi integralmente por mim redigido, e que assinei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

#### Anexo1: Breves informações genealógicas de Francisco Lobo Leite Pereira

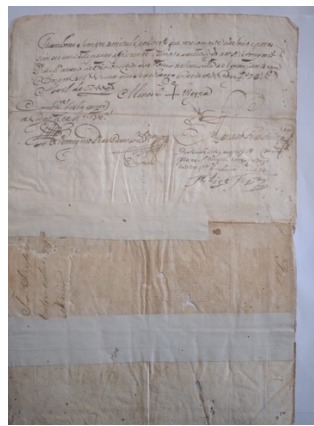
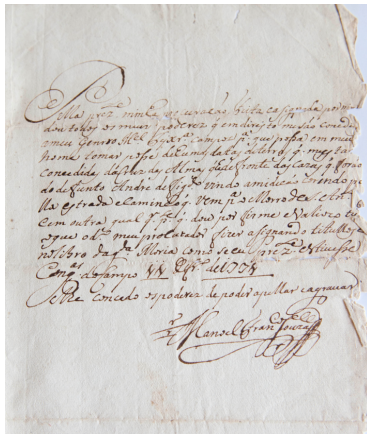
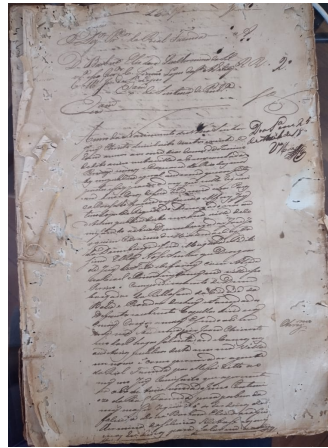
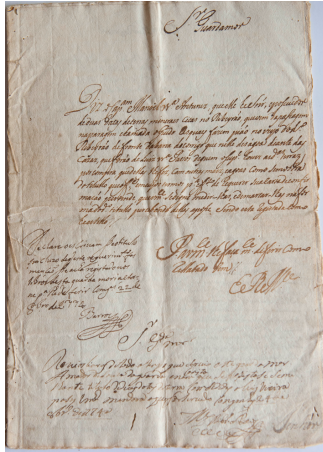


#### Anexo 2: Imagens dos documentos

##### 1) *Corpus* documental em novembro de 2021.



##### 2) Documentos do século XVIII tratando de posse de terras, águas e lavras em Congonhas e Ouro Preto – MG.



3) Destaques do corpus documental:

Carta de Brasão de Armas – Século XVIII

